UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 4057/2017

Considerando que a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pretende contratar serviços de vigilância e de segurança humana para as suas instalações, sitas no Campus da Caparica, a que corresponde o lote 4 do AQ-VS I Vigilância e Segurança — 2014, celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), com a qual celebrou um Contrato de Adesão;

Considerando que a referida aquisição de serviços terá um preço contratual máximo de 710.000,00€ (setecentos e dez mil euros), ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, e que o contrato a celebrar envolve encargos a serem suportados em mais do que um ano económico, importa dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 99/2015, de 2 de junho;

Considerando que os encargos para cumprimento das obrigações contratuais serão suportados por verbas inscritas e a inscrever nas rubricas adequadas, em fonte de financiamento de receitas próprias do orçamento da FCT e que esta entidade não tem quaisquer pagamentos em atraso;

E considerando, finalmente, que a abertura do referido procedimento pré-contratual não pode ser efetivada sem a competente autorização conferida por despacho reitoral para extensão dos respetivos encargos, a publicar no *Diário da República*;

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e nos n.ºs 5 e 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, e no uso da competência delegada pelo Despacho conjunto n.º 3628/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 11 de março, do Ministro das Finanças e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, determino o seguinte:

1 — Autorizar a assunção dos encargos decorrentes da execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual para aquisição de serviços de vigilância e de segurança humana para as suas instalações, sitas no *Campus* da Caparica, a que corresponde o lote 4 do AQ-VS I Vigilância e Segurança — 2014, celebrado pela ESPAP, pelo montante máximo de 710.000,00€ (setecentos e dez mil euros), ao qual acrescerá IVA à taxa legal em vigor, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2017 — $\mbox{\ensuremath{\ensuremath{\varepsilon}}}$ 207.083,00 a que acresce o IVA; Ano de 2018 — $\mbox{\ensuremath{\ensuremath{\varepsilon}}}$ 355.000,00 a que acresce o IVA; Ano de 2019 — $\mbox{\ensuremath{\ensuremath{\varepsilon}}}$ 147.917,00 a que acresce o IVA.

- 2 O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.
- 3 Os encargos emergentes do referido contrato serão suportados por verbas próprias da FCT, a inscrever no seu orçamento para o ano de 2017 e nos orçamentos subsequentes, na fonte de financiamento 510, rubrica 02 02 18.
 - 4 O presente despacho produz efeitos à data da sua publicação.
- 11 de abril de 2017. O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Ben-*

310441672

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Aviso n.º 5230/2017

Em cumprimento do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para a constituição de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, do mapa de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve, aberto por Aviso n.º 7444/2016, de 14 de junho, com referência A) procedeu-se à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 90 dias, em conformidade com o disposto no n.º1, do artigo 49.º da LTFP, com as trabalhadoras Fernanda Daniele Zillig e Ana Rita Cabaça Guerreiro, com efeitos a 03 de abril de 2017, aufe-

rindo a remuneração base correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única dos trabalhadores da função pública.

Foi designado o seguinte júri para acompanhar o período experimental:

Presidente — Paula Cristina Andrade Mucharrinha, Técnica Superior. Vogais Efetivos — Maria Alice Martins Mealha, Coordenadora Técnica e Maria Manuela de Sousa Narciso Faísca Amaro, Coordenadora Técnica.

Vogais Suplentes — Maria Madalena Barroso Gonçalves, Coordenadora Técnica e Fernanda Maria dos Santos Conceição Neto Viegas, Coordenadora Técnica.

18 de abril de 2017. — O Administrador da Ação Social, *António Joaquim Godinho Cabecinha*.

310439283

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Aviso (extrato) n.º 5231/2017

Lista unitária de classificação e ordenação final dos candidatos aprovados em mérito absoluto de concurso documental, de âmbito internacional para a categoria de (2) Professores Coordenadores para a área Disciplinar de Eletrotecnia para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança aberto pelo Aviso n.º 5788/2016 de 4 de maio, registado na Bolsa de Emprego Público sob a referência OE201605/0034, publicado no site da internet da Fundação para a Ciência e Tecnologia e no Portal IPB (para a comunidade — recrutamento — pessoal docente), cuja homologação foi feita por despacho de 10 de abril de 2017 do Presidente do Instituto Politécnico de Bragança:

Ordem	Nome	Classificação final
1.° 2.° 3.° 4.° 5.°	Américo Vicente Teixeira Leite	80,33 79,97 73,88 56,40 41,21

20 de abril de 2017. — A Administradora do Instituto Politécnico de Bragança, *Elisabete Vicente Madeira*.

310444061

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Despacho n.º 4058/2017

De acordo com o disposto no artigo 61.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, determino a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos do 1.º ciclo de estudos em Gestão, em anexo, a ministrar pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, do Instituto Politécnico de Coimbra.

O referido ciclo de estudos foi objeto de acreditação prévia por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, em 22 de fevereiro de 2017 e registado, na Direção-Geral do Ensino Superior, com o número R/A-Cr 4/2017, de 20 de março de 2017.

10 de abril de 2017. — O Vice-Presidente, *Dr. Paulo Alexandre Monteiro Gouveia Sanches*, em substituição legal do Presidente.

ANEXO

Estrutura curricular e plano de estudos da licenciatura em Gestão

- 1 Estabelecimento de ensino: Instituto Politécnico de Coimbra.
- 2 Unidade orgânica: Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital
 - 3 Curso: Gestão.
 - 4 Grau: Licenciado.
- 5 Área científica predominante do curso: Ciências Económicas e Empresariais.
- 6 Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 180 ECTS
 - 7 Duração normal do curso: 6 semestres.

8— Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: áreas de especialização: Não aplicável.

9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma:

QUADRO N.º 1

		Créditos					
Área científica	Sigla	Obrigatórios	Optativos				
Ciências Económicas e Empresariais Métodos Quantitativos	CEE MQ	120 18	12 a 18				

		Créditos		
Área científica	Sigla	Obrigatórios	Optativos	
Direito	D CI	12 12	0 a 6	
Total		162	18	

10 — Observações — não aplicável 11 — Plano de estudos:

Instituto Politécnico de Coimbra

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital

Gestão

Licenciado

Ciências Económicas e Empresariais

1.º ano

QUADRO N.º 2

	,		Tempo de	trabalho (horas)		Observações
Unidades curriculares	Area científica	Tipo	Total	Contacto	Créditos	
Introdução à Contabilidade Introdução à Gestão Macroeconomia Matemática Tecnologias de Informação Cálculo e Instrumentos Financeiros Contabilidade Financeira Marketing I Microeconomia Estatística	CEE MQ	Semestral	162 162 162 162 162 162 162 162 162 162	TP: 56	6 6 6 6 6 6 6 6	Obrigatória.

2.º ano

QUADRO N.º 3

	,		Tempo de	trabalho (horas)		Observações
Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Total	Contacto	Créditos	
Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos.	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Economia da Empresa	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Finanças I	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Gestão Estratégica	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Marketing II	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Contabilidade de Gestão	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Finanças II	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Fiscalidade	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Investigação Operacional	MQ	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Direito Comercial.	D	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.

3.º ano

QUADRO N.º 3

	,	Tipo	Tempo de	trabalho (horas)	Créditos	Observações
Unidades curriculares	Area científica		Total	Contacto		
Empreendedorismo e Criação de Empresas	CEE CEE	Semestral	162 162	TP: 56 TP: 56	6	Obrigatória. Obrigatória.

	,	Tipo	Tempo de	trabalho (horas)	Créditos	Observações
Unidades curriculares	Área científica		Total	Contacto		
Direito do Trabalho	D	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Sistemas de Informação para a Gestão	CI	Semestral	162	TP: 56	6	Obrigatória.
Controlo de Gestão	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativa I (a).
Contabilidade Pública	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativa I (a).
Economia Monetária e Financeira	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativa I (a).
Marketing de Serviços	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativa I (a).
Avaliação e Reestruturação de Empresas	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativas II e III (b).
Comércio Internacional	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativas II e III (b).
Finanças Públicas	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativas II e III (b).
Gestão da Qualidade	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativas II e III (b).
Mercados Financeiros	CEE	Semestral	162	TP: 56	6	Optativas II e III (b).
Direito Administrativo	D	Semestral	162	TP: 56	6	Optativas II e III (b).
Estágio/Projeto	CEE	Semestral	486	OT: 10	18	Obrigatória.

⁽a) O estudante deve escolher uma unidade curriculares

310438984

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Despacho n.º 4059/2017

Declara-se que nos termos do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (Despacho n.º 13102/2015 de 16 de julho) foi eleita como Presidente da Escola a Professora Coordenadora Anabela Rodrigues da Graça, cujos resultados eleitorais foram homologados por despacho do Presidente do IPL em 19.12.2016, tendo tomado posse em 12.01.2017.

12.01.2017. — O Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, *Professor Doutor Elmano da Fonseca Margato*.

310439875

Despacho n.º 4060/2017

Declara-se que nos termos do n.º 4 do artigo 19.º dos Estatutos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (Despacho n.º 13102/2015 de 16 de julho de 2015) foi eleita como Presidente do Conselho Técnico Científico da Escola a Professora Coordenadora Lina da Conceição Capela de Oliveira Vieira, cujos resultados eleitorais foram homologados por despacho do Presidente do IPL em 02.03.2017, tendo tomado posse em 10.03.2017.

10.03.2017. — O Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, *Professor Doutor Elmano da Fonseca Margato*.

310439907

Despacho n.º 4061/2017

Declara-se que nos termos do artigo 19.º dos Estatutos da Escola Superior de Dança (Despacho n.º 11625/2010 de 16 de julho) foi eleita como Diretora da Escola, a Professora Vanda Maria dos Santos Nascimento, cujos resultados eleitorais foram homologados por meu despacho em 31.03.2017, tendo tomado posse em 03.04.2017.

03.04.2017. — O Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, *Professor Doutor Elmano da Fonseca Margato*.

310439794

Despacho n.º 4062/2017

1 — Através do Despacho n.º 12011/2016, de 26 de setembro, publicado no DR, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2016, e do Despacho n.º 12087/2016, de 27 de setembro, publicado no DR, 2.ª série, n.º 194, de 10 de outubro de 2016, delegaram, respetivamente, o Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) e o Conselho de Gestão do IPL competências nos Presidentes/Diretores das Escolas sem autonomia financeira do Instituto, em matéria de autorização de despesas e pagamentos, no âmbito da execução do orçamento atribuído a cada Escola. Assim, por força destes despachos ficou a Diretora da Escola Superior de Dança habilitada a autorizar despesas e pagamentos até ao montante de 75.000€, bem como subdelegar tais competências nos subdiretores e Diretora de Serviços.

2 — Assim, considerando o disposto no n.º 2 do supra citado Despacho n.º 12087/2016, do Conselho de Gestão do IPL, subdelego na subdiretora da Escola Superior de Dança, Ana Isabel Pereira e Silva Marques,

a competência para autorizar pagamentos até ao montante de 75.000€, desde que a despesa correspondente a esse pagamento não tenha sido por si autorizada e, no seu impedimento e por forma a garantir a observância do princípio da segregação de funções, na Diretora de Serviços, Joaquina Antónia Pinto Correia.

3 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do CPA, consideram-se ratificados todos os atos que, cabendo no âmbito do presente despacho, tenham sido praticados pelos dirigentes indicados no ponto anterior desde a sua tomada de posse até à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

7 de abril de 2017. — A Diretora da Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa, *Vanda Maria dos Santos Nascimento*. 310439834

Despacho n.º 4063/2017

1 — Ao abrigo das competências que me são atribuídas pelo n.º 2 do artigo 22.º dos Estatutos da Escola Superior de Dança, publicados no D.R, 2.ª série n.º 137 de 16 de julho de 2010, nomeio a Professora Adjunta Ana Isabel Pereira e Silva Marques e o Professor Adjunto Convidado João Carlos Martins Parreira Fernandes como subdiretores da Escola Superior de Dança, com efeitos a partir de 7 de abril de 2017.

2 — Nas minhas ausências, faltas ou impedimentos, cabe à professora adjunta Ana Isabel Pereira e Silva Marques exercer as funções de Diretora da Escola Superior de Dança em regime de suplência, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo.

7 de abril de 2017. — A Diretora da Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa, *Vanda Maria dos Santos Nascimento*. 310439818

Despacho n.º 4064/2017

1 — Considerando a recente reeleição da Professora Doutora Vanda Maria dos Santos Nascimento para um novo mandato como Diretora da Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa, renovo a delegação e subdelegação de competências que lhe foram conferidas nos termos do Despacho n.º 12011/2016 de 26 de setembro, publicado no DR 2.ª série n.º 193 de 7 de outubro de 2016.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do CPA, consideram-se ratificados todos os atos praticados pela entidade indicada no ponto anterior desde a sua tomada de posse como Diretora da Escola Superior de Dança, até à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

11 de abril de 2017. — O Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, *Professor Doutor Elmano da Fonseca Margato*.

310439801

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Despacho n.º 4065/2017

Pelo Despacho Normativo n.º 6/2016, de S. Ex.ª o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no *Diário da República*,

⁽b) O estudante deve escolher duas unidades curriculares.